

A Influência da Economia Neoclássica no Pensamento de Max Weber

The Influence of Neoclassical Economics on Max Weber's Thought

La Influencia de la Economía Neoclásica en el Pensamiento de Max Weber

Lucas Silveira Andrade Martins¹

Resumo

Ateremo-nos nesse presente artigo nos dois primeiros capítulos de Economia e Sociedade, fragmentos em que Weber sistematiza os fundamentos de suas reflexões. Destacaremos nessa recuperação a influência do pensamento dos economistas da virada marginalista. Utilizaremos, também, o texto A bolsa, escrito por Weber em 1894. Para fins de exposição, iniciaremos o artigo apresentando a teoria utilitarista em seu uso pelos marginalistas para, apenas posteriormente, apresentar a apropriação de Weber dessas formulações, especialmente na conceituação de ação econômica, utilidade e bens.

Palavras-chave: Max Weber; Economia e Sociedade; economia neoclássica.

Abstract

In this present article, we focus on the first two chapters of Economy and Society, fragments in which Weber systematizes the foundations of his reflections. We will highlight in this recovery the influence of the thinking of economists from the marginalist turn. We will also use the text A Bolsa, written by Weber in 1894. For exposition purposes, we will begin the article by presenting the utilitarian theory in its use by marginalists to, only later, present Weber's appropriation of these formulations, especially in the conceptualization of action economics, utility and goods.

Key-words: Max Weber; Economy and Society; neoclassical economics.

Resumen

En el presente artículo nos centramos en los dos primeros capítulos de Economía y sociedad, fragmentos en los que Weber sistematiza los fundamentos de sus reflexiones. Destacaremos en esta recuperación la influencia del pensamiento de los economistas del giro marginalista. Usaremos también el texto A Bolsa, escrito por Weber en 1894. Para efectos expositivos, comenzaremos el artículo presentando la teoría utilitarista en su uso por parte de los marginalistas para solo más adelante, presentar la apropiación de Weber de estas formulaciones, especialmente en la conceptualización de la economía de la acción, la utilidad y los bienes.

Palabras clave: Max Weber; Economía y Sociedad; economía neoclásica.

1. Introdução

Max Weber foi, indubitavelmente, um dos mais influentes pensadores das ciências sociais no século XX. A importância de suas formulações transcende sua inserção geográfica e suas disciplinas específicas, a sociologia e a economia.

¹ Mestre em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina. E-mail: lucasmartins14m@gmail.com

Em seu último livro escrito, publicado postumamente por sua esposa, Marianne Weber, *Economia e Sociedade*, Weber demonstra uma densa formulação que relacionava, como é óbvio pelo título, as duas disciplinas, economia e sociologia, que desde o século XIX caminhava para a especialização.

Sobre essa proximidade entre as duas disciplinas, Renato Saul afirma:

considerando-se o desenvolvimento das Ciências Sociais a partir do momento em que elas começam a adquirir foros de disciplinas acadêmicas, observa-se uma estreita parceria entre elas e a Economia. Isso é mais evidente quando se examina o desenvolvimento da Sociologia (SAUL, 2001, p. 224).²

Ateremo-nos nesse presente artigo nos dois primeiros capítulos de *Economia e Sociedade*, fragmentos em que Weber sistematiza os fundamentos de suas reflexões. Nós destacaremos nessa recuperação a influência do pensamento dos economistas da *virada marginalista*, que ocorreu na segunda metade do século XIX, e que provocou profunda transformação na história do pensamento econômico³.

Em nossa visão, a reverberação dos fundamentos da economia marginalista está presente no pensamento de Max Weber e acreditamos não haver a devida reflexão crítica acerca dessa reflexão. Utilizaremos, também, o texto *A bolsa*, escrito por Weber em 1894.

Para fins de exposição, iniciaremos o artigo apresentando a teoria utilitarista em seu uso pelos marginalistas para, apenas posteriormente, apresentar a apropriação de Weber dessas formulações, especialmente na conceituação de *ação econômica, utilidade e bens*.

2. De Bentham à Jevons

A tradição utilitarista nas ciências humanas emerge do desenvolvimento e posterior

² Wallerstein (1996), sobre esse processo de especialização das ciências sociais possui argumentação interessante: "uma vez estabelecidas [...] a separação entre ciências sociais e história idiográfica, os cientistas sociais de orientação nomotética - economistas, cientistas políticos e sociólogos - mostraram-se, eles também, ansiosos por demarcar os respectivos territórios, ficando as diferenças que se lhe afiguravam essenciais (tanto nos conteúdos como nas metodologias). Os economistas fizeram-no através da insistência na validade do pressuposto de que, *ceteris paribus*, se impunha as operações de mercado" (WALLERSTEIN, 1996, pp. 52-53). Nós, no entanto, discordamos dessa assertiva. Pensamos que, a perspectiva do *ceteris paribus* (permanecendo constante todas as demais variáveis) é presença marcante no desenvolvimento das formulações de tipo ideal de Weber. A condição *ceteris paribus* é um dispositivo muito utilizado pela economia, especialmente na tendência microeconômica, que, grosso modo, retira toda interferência exógena no comportamento "natural" de determinado bem ou serviço, tratando-os em sua forma pura, portanto, não encontrável na realidade empírica. Logo, para nosso juízo, a aproximação com a perspectiva de tipo ideal é evidente.

³ Nossa hipótese entra em contradição com algumas reflexões que assimilam Weber a partir de uma análise monolítica de seu pensamento. Encaramos como exemplo de tal abordagem o artigo "Breves indicações para o ensino de teoria sociológica hoje" da Élide Liedke (2007).

consolidação do modo de produção capitalista, sendo organicamente conectado com as questões e dilemas específicos desse momento histórico-social.

Hunt e Lautzenheiser (2013), em sua *História do Pensamento Econômico*, estabelece uma linha de continuidade entre as formulações de Hobbes e o cerne do pensamento utilitarista, a saber, o egoísmo como guia da ação humana. Segundo o autor, aceitando o caráter competitivo e egoísta da natureza humana, os pensadores passaram a achar, cada vez mais, que todos os motivos humanos eram causados pelo desejo de obter prazer e de evitar a dor. Essa perspectiva chamamos de utilitarismo, que é tanto base da teoria do valor-utilidade, quanto da teoria neoclássica.

O utilitarismo teve como grande propagador Jeremy Bentham que, em seu livro *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, publicado em 1781, delineou os fundamentos da teoria da utilidade, que será amplamente aceita pelos economistas ingleses, especialmente na segunda metade do século XIX, como veremos a seguir.

Bentham afirmava que toda ação humana é guiada por dois grandes motivadores: o desejo de obter prazer ou afastar-se do sofrimento. Bentham, logo no começo do capítulo em que trata dos princípios da utilidade, afirma:

[a] natureza colocou a humanidade sob o domínio de dois mestres soberanos, a dor e o prazer. Só eles podem mostrar o que devemos fazer e determinar o que faremos; a norma que distingue o certo do errado e as cadeias de causa e efeito, ambas estão presas ao seu trono. Eles nos governam em tudo o que fazemos, em tudo o que dizemos, em tudo o que pensamos (...) um homem pode clamar sua rejeição a essa regra, mas na realidade permanecerá submetido a ela. O princípio da utilidade reconhece essa sujeição e a aceita como o fundamento de um sistema que objetiva ter o edifício da felicidade construído pelas mãos da razão e da lei (BENTHAM, 2000, p.14, tradução nossa)⁴.

Dessa forma, todo o percurso da história da humanidade, para Bentham, se resume à busca incessante do indivíduo por prazer, ou ao afastamento progressivo de tudo que lhe causa sofrimento. Dessa relação, ele afirma que toda atividade humana é derivada do desejo de maximizar, ou ampliar ao que for possível, o prazer. E, mais à frente, no mesmo fragmento do texto, o autor inglês nos dá sua definição de utilidade:

Utilidade quer dizer a propriedade de qualquer objeto que tenda a produzir algum benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade (tudo isso, no caso, equivale à mesma

⁴ Nature has placed mankind under the governance of two sovereign masters, pain and pleasure. They alone point out what we ought to do and determine what we shall do; the standard of right and wrong, and the chain of causes and effects, are both fastened to their throne. They govern us in all we do, all we say, all we think; [...] A man may claim to reject their rule but in reality he will remain subject to it. The principle of utility recognises this subjection, and makes it the basis of a system that aims to have the edifice of happiness built by the hands of reason and of law (BENTHAM, 2001, p.14).

coisa) ou (o que de novo equivale à mesma coisa) a impedir danos, dor, mal ou infelicidade à parte cujo interesse esteja sendo considerado (BENTHAM, 2000, p. 14)⁵.

Seguindo aqui toda a influência do positivismo então dominante no período, Bentham reduz todas as motivações humanas a um único princípio, tornando possível, então, sua quantificação. Para ele, os sentimentos humanos podem ser calculados assim como as ciências matemáticas ou físicas, em uma clara proposição nomotética. Mais à frente, no mesmo fragmento, Bentham explicita como possivelmente é o método de quantificação dos prazeres:

Para um determinado número de pessoas, que serve de base para a determinação do valor de um prazer ou de uma dor, será maior ou menor de acordo com sete circunstâncias: a saber, as seis precedendo uma:

1. Sua intensidade.
2. Sua duração.
3. Sua certeza ou incerteza.
4. Sua proximidade ou afastamento.
5. Sua fecundidade.
6. Sua pureza.

E uma outra, a saber:

7. Sua extensão (BENTHAM, 2000, p. 32, tradução nossa).

Utilidade, portanto, para Bentham, é uma derivação quantificável de sua concepção de "hedonismo calculado"⁶.

Como dissemos anteriormente, essa assertiva influenciou de maneira paradigmática as ciências econômicas do século XIX, haja vista que, durante esse século, houve um embate significativo entre os defensores da teoria do valor-trabalho e seus críticos. Tendo como fundador Adam Smith e David Ricardo, encontrou nos escritos de Karl Marx sua dimensão crítica demolidora, redefinindo não só na dimensão econômica, mas também na luta política, os problemas próprios da ciência estudada.

A teoria desenvolvida por Bentham, portanto, serviu de base para uma proposição teórica que fizesse frente à teoria do valor-trabalho, propiciando o surgimento do que hoje chamamos de economia neoclássica.

A hoje denominada "Revolução marginalista" foi um momento de redefinição teórica, em que três autores remontaram metodologicamente às ciências econômicas na também hoje denominada teoria do valor-utilidade. William Stanley Jevons na Inglaterra, Carl Menger na

⁵ By utility is meant that property in any object, whereby it tends to produce benefit, advantage, pleasure, good, or happiness, (all this in Principles of Morals and Legislation/15 the present case comes to the same thing) or (what comes again to the same thing) to prevent the happening of mischief, pain, evil, or unhappiness to the party whose interest is considered (BENTHAM, 2001, p.14)

⁶ Apropriamos esse termo de Reale e Antiseri (1997).

Alemanha e León Walras na França desenvolveram a noção de utilidade marginal decrescente que permitiu que os autores demonstrassem como, de acordo com Hunt e Lautzenheiser (2013), a utilidade determinava os valores. O marginalismo permitiu que a visão utilitarista da natureza humana, que era considerada somente uma maximização racional e calculista da utilidade, fosse formulada em termos de cálculo diferencial.

A base metodológica, portanto, da revolução marginalista e, dessa maneira, de todas as reflexões que seguem o curso da economia neoclássica é, em seu conteúdo, a teoria da utilidade inaugurada por Bentham.

Jevons, portanto, logo no início do capítulo I de *A Teoria da Economia Política*, afirma peremptoriamente: “[a] reflexão detida e a pesquisa levaram-me à opinião, de alguma forma inédita, de que *o valor depende inteiramente da utilidade*” (JEVONS, 1996, p. 47). Aqui, além da demarcação teórica frente à teoria do valor-trabalho, o autor inglês assume, sem margens a dúvidas, sua filiação teórica na tradição utilitarista inaugurada por Bentham.

Isto posto, não é ocasional que no final desse capítulo e no início do capítulo seguinte, Jevons desenvolva as teses de seu predecessor inglês. Após assumir que as ações humanas são guiadas pelo desejo de obter prazer ou afastar sofrimento, o autor afirma que seu objetivo está, a partir daí, em “indicar essa hierarquia de sentimentos e designar o devido lugar aos prazeres e sofrimentos que lida o economista” (JEVONS, 1996, p.61). E, dessa maneira, é papel do economista quantificar da maneira mais adequada possível, sob a batuta do cálculo matemático, os sentimentos que guiam as ações humanas e, conseqüente, do comportamento do indivíduo.

Como grande contribuição à tradição utilitarista, Jevons (assim como os outros dois autores) insere, na análise da utilidade do bem, a noção de cálculo diferencial, que vai avançar de maneira significativa o pensamento até então desenvolvido. No entanto, na reflexão propriamente sobre seu fundamento teórico, a saber, a utilidade, Jevons, sem rodeios, afirma que não possui grandes contribuições frente o trabalho de Bentham, citando o exato trecho já aqui exposto desse último autor.

Jevons também aprofunda algumas indicações apontadas por Bentham em seus escritos. Para o autor, toda a realidade social é explicada a partir do indivíduo, tendo o próprio Jevons (1996) definido sua teoria como a mecânica da utilidade e do interesse individual. Logo, Jevons afirma que a Economia deve ter por base a investigação sobre as condições da utilidade e, para que a entendamos adequadamente, é imperioso examinarmos as necessidades e desejos do indivíduo,

entendido aqui de maneira atomizada. A análise da utilidade para Jevons é, então, uma investigação das necessidades e desejos que determinados bens possuem *em relação ao indivíduo*.

Tanto assume esse caráter relacional ao indivíduo que as qualidades, para Jevons (assim como para Menger, como veremos mais à frente), não são características intrínsecas às coisas. Elas existem de maneira circunstancial, à medida que o indivíduo toma a coisa como útil para si.

Partindo do indivíduo e sua impressão de significado nas coisas, Jevons estabelece sua teoria nas médias possíveis de serem apropriadas empiricamente. Por exemplo, se um indivíduo consome determinada quantidade de alimento, temos que aquilo lhe é útil. Logo, se fizermos a contabilização da média de alimentos que é consumida pela população de determinada localidade, podemos proceder com cálculos e descobrir novas relações, sempre a partir dessa original, a saber, a motivação do indivíduo em alimentar-se.

Temos, portanto, que da dimensão do utilitarismo proveniente do “hedonismo calculado” de Bentham, em Jevons, uma teoria econômica de cunho individualista, já aqui demonstrando alto grau de matematização.

3. De Menger à Böhm-Bawerk

Carl Menger possui uma herança com a tradição inaugurada por Jeremy Bentham menos explícita que Jevons, mas, de toda sorte, ainda bastante evidente. Em seu livro *Princípios da Economia Política*, Menger é motivado, diferentemente de Jevons e seu embate com a teoria do valor-trabalho, a uma resposta à escola histórica alemã, então bastante influente no território germânico.

Menger inicia seu escrito com uma reflexão estritamente metodológica: “[t]odas as coisas são regidas pela lei da causa e do efeito. Esse grande princípio não sofre exceção; seria inútil procurar exemplo contrário no âmbito empírico” (MENGER, 1983, p. 243). O autor, portanto, assim como Bentham e Jevons, assume os traços da tradição positivista, ao estabelecer a lógica causal como único princípio motor, assim como, segundo eles, ocorre nas ciências físicas e matemáticas. Em seguida, assim como os dois outros teóricos, assume suas categorias a partir de uma visão radicalmente individualista. Da mesma forma que o inglês explica o fundamento da humanidade a partir da ação do indivíduo na sua busca pelo prazer ou afastamento do sofrimento, Menger funda a gênese humana na busca constante na satisfação das necessidades do indivíduo. De acordo com Menger (1983), portanto, as coisas que são capazes de serem colocadas em nexos

causal com a satisfação das necessidades dos indivíduos são denominadas de utilidades, sendo que são denominados de bens na medida em que reconhecemos esse nexos causal e temos a possibilidade de utilizar essas coisas para efetivamente satisfazer às nossas necessidades individuais.

Há, aqui, a grande diferença entre o pensamento desenvolvido por Menger e a tradição utilitarista inglesa. A base ontológica que sustenta o edifício conceitual de Menger não parte da abstrata ideia de quantificação do prazer, mas em uma reflexão acerca das bases naturais da satisfação das necessidades humanas, investigando-as como as leis da natureza. O interesse de Menger, portanto,

focaliza o complexo de leis da natureza que forma a base da satisfação de necessidades humanas e a evolução dele ao longo do tempo à medida que o leque de necessidades humanas se expande. Ele mantém que o ponto de partida não é representado por uma perspectiva racionalista, ou uma abordagem hedonista como em Jevons, mas antes pela naturalidade das necessidades (CAPUDDI apud FEIJÓ, 2000, p.59).

Essa grande inflexão de caráter ontológico causou forte impacto no desenvolvimento das teorias utilitaristas. Agora, seguindo Menger, não é mais necessário refletirmos sobre como se realizaria a quantificação do prazer e do sofrimento humano, mas sim como vamos operar com os objetos na medida em que eles suprem as necessidades individuais (básicas ou mais desenvolvidas), ou seja, como vamos operar com as coisas na medida em que elas são úteis para o indivíduo. Podemos encontrar, então,

no modelo de Menger a descrição de um núcleo de fenômenos econômicos subjacentes à sociedade e submetidos a leis de funcionamento que operam em qualquer sociedade, independentemente de fatores históricos e geográficos. Esses fenômenos configuram uma estrutura básica permanente e é tarefa da teoria econômica pura estudar de modo “exato” os mecanismos que os descrevem e as leis que os comandam. O processo econômico elementar depende do conhecimento humano individual; o agente deve saber quais são as suas necessidades e quais bens devem ser economizados no atendimento delas. É sempre possível o erro, o indivíduo pode desconhecer suas necessidades objetivas, pode não saber que certo bem possuía a propriedade objetiva de atender a uma dada necessidade etc. Mas onde quer que o conhecimento individual do agente esteja disponível na quantidade adequada, o processo econômico segue-se em obediência estrita às regularidades descritas na teoria exata (FEIJÓ, 2000, pp 59-60).

Temos, portanto, um elo vital de ligação com o restante da tradição utilitarista, a saber: a proximidade metodológica com as ciências da natureza e a análise quantitativa relacional ao indivíduo. Retirando a preocupação com a quantificação do prazer, atendo-se simplesmente com a quantidade de bens em que o indivíduo necessita para suprir suas necessidades (quaisquer que sejam a natureza dessas necessidades), Carl Menger centra sua análise na matematização dos bens no processo econômico. Um grande avanço na perspectiva até então desenvolvida foi a definição

de bem, que possibilitou cálculos mais precisos. Menger afirma que

Para que uma coisa se transforme em um bem, ou, em outros termos, para que uma coisa adquira a qualidade de bem, requer-se, portanto, a convergência dos quatro pressupostos seguintes:

1. A existência de uma necessidade humana.
2. Que a coisa possua qualidades tais que a tornem apta a ser colocada em nexos causal com a satisfação da referida necessidade.
3. O reconhecimento, por parte do homem, desse nexos causal entre a referida coisa e a satisfação da respectiva necessidade.
4. O homem poder dispor dessa coisa, de modo a poder utilizá-la efetivamente para satisfazer à referida necessidade (MENGER, 1983, p.244).

É a partir dessa contribuição que Hayek, famoso discípulo das formulações de Menger, escreve sobre sua referência teórica: “[é] essa extensão da ideia de se derivar o valor do bem de sua utilidade, do caso de certas quantidades dadas de bens de consumo para o caso geral de todos os bens, incluindo-se os fatores de produção, que foi o principal achado de Menger” (HAYEK apud FEIJÓ, 2000, p. 66).

A reflexão sobre as características dos bens (sua natureza, suas qualidades e suas formas de quantificação) propiciou um grande avanço metodológico dentro da perspectiva utilitarista. É nesse cenário que Bohm-Bawerk desenvolve boa parte de suas formulações. Em sua *Teoria Positiva do Capital*, Bohm-Bawerk, pensador considerado como um dos fundadores da escola austríaca de economia (assim como seu mestre, Carl Menger), inicia seu escrito a partir desse horizonte metodológico aberto por Menger.

Logo no primeiro capítulo que inaugura a seção 1 de seu escrito, Bohm-Bawerk emula as contribuições de Menger acerca das relações entre indivíduo, satisfação de suas necessidades e bens. E nos dá, aqui, a mais sintética definição que encontramos entre os quatro teóricos aqui analisados:

[o]s homens aspiram à felicidade. Esta é a expressão mais geral, se bem que também a mais vaga, para um grande número de esforços, todos eles orientados no sentido de produzir acontecimentos e situações que sejam o mais possível agradáveis a nós, e, em contrapartida, no sentido de afastar os que são desagradáveis. Se quisermos trocar as palavras; podemos, ao invés de "aspirar à felicidade", dizer também "aspirar à autoconservação e ao autodesenvolvimento", ou "aspirar à mais intensa possível promoção da vida", ou, finalmente, com a mesma propriedade, "aspirar à satisfação mais completa possível das necessidades"; com efeito, as expressões necessidade e satisfação das necessidades, tão usuais na terminologia da Economia Política, em última análise não significam outra coisa que de um lado a aspiração, ainda insatisfeita, de chegar a uma situação desejável ou mais desejável e, de outro, a consecução de tal estado de coisas (BOHM-BAWERK, 1986, p.30).

Podemos perceber nesse fragmento apresentado, de forma mais clara que em Menger, que a opção por um naturalismo em detrimento de um hedonismo como demonstrado pelos utilitaristas

ingleses não trouxe consequências significativas do ponto de vista metodológico. Para o autor, não importa como se dá o termo para a motivação da utilização do indivíduo das coisas (se da busca pela felicidade, satisfação do desejo, autoconservação ou satisfação das necessidades), mas sim da análise de quanto aquilo é útil para o indivíduo, de quanto determinada ação gera uma situação mais ou menos desejável e em que nível.

Essa linha de formulação de Bohm-Bawerk, que alinha harmoniosamente os pensamentos de Jevons e Menger, promoveu profunda influência nas ciências sociais em finais do século XIX. Seu refinamento da teoria econômica, especialmente no desenvolvimento de definições importantes, como bens, utilidade e de determinação dos preços, possibilitou o fortalecimento da corrente utilitarista no combate tanto à perspectiva do valor-trabalho, quanto da escola histórica alemã. E, especialmente os conceitos de bens, utilidade e ação econômica promoveu destacada influência no pensamento de Max Weber.

4. Max Weber e o Utilitarismo Marginalista

4.1 A Bolsa

Max Weber escreveu no final de sua vida uma monumental obra em que delinea as bases de seu pensamento e torna possível a síntese metodológica de várias de suas categorias que antes estavam expostas de maneira dispersa em seus inúmeros escritos. *Economia e Sociedade*, não publicado em vida, mas por sua esposa postumamente, representa um gigantesco esforço de aproximação dessas duas grandes áreas das ciências sociais realizado pelo não apenas sociólogo, mas também economista.

É elucidativo, antes de nos atermos na análise propriamente de *A bolsa* e dos dois primeiros capítulos de *Economia e Sociedade*, nos atermos brevemente na biografia intelectual do teórico alemão.

Weber, após cursar por um período direito na faculdade de Heidelberg, na qual também frequentou cursos de economia política, história e teologia, doutora-se em direito pela universidade de Berlin, em 1889. Já em 1894 é nomeado professor de Economia na universidade de Freiburg e, logo depois, em 1896, na universidade de Heidelberg. Durante o seu período de docência em Heidelberg, Weber redige seu texto *A bolsa*, o qual analisaremos posteriormente. Em 1903 renuncia seu cargo de docência e assume o cargo de diretor-chefe da revista *Arquivos de Ciências Sociais e Política Social*, na qual publica, em duas partes, sua mais célebre obra, *A ética protestante e o*

espírito do capitalismo. Após a primeira guerra mundial, retorna à atividade docente em Economia na Universidade de Viena, na cadeira anteriormente pertencente a Bohm-Bawerk e, ainda em 1919, assume a mesma atividade em Munique, local em que falece por complicações derivadas da gripe espanhola.

Vimos, portanto, que a ligação de Weber com as discussões que envolvem a Economia permeia sua trajetória acadêmica desde seu início profissional, até seu precoce término, em 1920. Poderemos perceber também que muito das influências observados em seu artigo *A bolsa* se mantém em *Economia e Sociedade*, especialmente sua adesão a aspectos da virada marginalista na economia.

Entre 1893 e 1896, Weber teve como foco de sua atenção as movimentações da bolsa-de-valores que detinham uma acentuada atenção da opinião pública alemã, haja vista que, em 1892, o então chanceler alemão Leo von Caprivi designou uma comissão de inquérito que tinha como função formular propostas para reformar as bolsas alemãs. Como resultado de suas reflexões, Weber escreve o artigo *A bolsa*, em que tinha como interesse elucidar, segundo ele, alguns preconceitos e algumas compreensões errôneas acerca da temática. O próprio Weber evidencia essa motivação quando diz que

[a] primeira parte deste estudo [...] visa, exclusivamente, fornecer uma primeira orientação a quem ignora por completo estas matérias. Parte mesmo do pressuposto de uma total ignorância. [...] Isto porque a ineficácia prática da crítica que vastas camadas populares fazem à presente situação das bolsas, assenta, fundamentalmente, numa imensa superficialidade que procura os erros ali onde apenas a irreflexão ou o antagonismo de interesses os podem descobrir. A mesma superficialidade, todavia, é também responsável pela perigosa idéia de que uma instituição como a bolsa [...] não passaria de uma associação da burla e da gatunice [...]. (WEBER, 2004, p. 57)

Não realizaremos, aqui, uma análise exaustiva do texto em questão, mas em aspectos que julgamos pertinentes para o objetivo de nossa investigação⁷. Mas, podemos observar, que em seu conjunto, seguindo indicações de Azambuja (2006) e Peukert (2004), as análises de Weber podem ser compreendidas dentro de um modelo bastante próximo da ortodoxia. Peukert, sobre isso argumenta que Weber

oferece uma precisa descrição empírica e histórica da bolsa de valores e define sua positiva e necessária função nas economias modernas. Mas as possibilidades de disfunções especulativas, volatilidades motivadas por irracionalidades, e o fenômeno da incerteza não desempenham qualquer papel em suas bastante convencionais reflexões (PEUKERT, 2004, p. 1016, tradução nossa)⁸.

⁷ Para uma análise mais acurada sobre o texto em si no artigo de Azambuja (2006).

⁸ “In the latter writing, he offers a precise empirical and historical description of the stock exchange and defines its positive and necessary function in modern economies. But the possibilities of dysfunctional speculation, irrationally

E, para sustentar essa argumentação, tanto Azambuja (2006), quanto Peukert (2004) utilizam da mesma lógica expositiva. Analisando a segunda parte do escrito, os dois autores expõem a adesão de Weber à racionalidade neoclássica ao considerar que, para o autor alemão, nas relações econômicas, a ação é restringida à busca de suas necessidades individuais. E, Azambuja expõe um exemplo do próprio Weber:

Meier, um corretor especializado em rublos, recebeu uma ordem de compra de 30 000 rublos em notas de banco russas, por um preço que não deverá exceder os 211 marcos por 100 rublos. Ele dirige-se para o ‘mercado’ dos rublos, ou seja, para aquela aglomeração de gente onde são transaccionadas notas de rublos e grita, então: ‘210 comprador!’, o que quer dizer, em dialecto bolsista: ofereço 210 marcos por cada 100 rublos. Logo depois, há um outro que exclama: ‘211 vendedor!’ [...] Meier, por exemplo, grita então: ‘210 comprador!’ [...]. Um terceiro exclama, por sua vez: ‘210 $\frac{3}{4}$ vendedor!’ [...]. Meier, então, compreendendo que não comprará quaisquer rublos por 210 marcos, aumenta a sua oferta e grita, por exemplo: ‘210 $\frac{1}{4}$ comprador!’ [...], ao que o referido terceiro responde, em voz muito alta: ‘210 $\frac{5}{8}$ vendedor!’, ao que Meier reage, subindo mais uma vez a sua oferta: ‘210 $\frac{1}{2}$ comprador!’. [...] Ambos, comprador e vendedor, anotam então, o mais rapidamente possível, o curso e a quantidade nos respectivos blocos de apontamentos, para logo passarem à execução de outras ordens. (WEBER apud AZAMBUJA, 2006 pp 15-16)

Temos, portanto, uma perspectiva que encontra como núcleo explicativo da interação dos indivíduos nas trocas econômicas apenas o cálculo racional, nada divergente da perspectiva neoclássica.

Peukert (2004), analisando de mesmo ângulo, argumenta que a perspectiva defendida por Weber é bastante próxima da perspectiva neoclássica por conter uma teoria calcada na ação econômica individual, exclusivamente racional e orientada apenas na maximização da utilidade. Como dissemos anteriormente em nota de rodapé, a condição *ceteris paribus*, fundamental para a determinação da racionalidade do agente da teoria neoclássica, aproxima-se de maneira bastante significativa com o dispositivo de tipo-ideal de cunho weberiano. Com essa formulação concorda Peukert (2004) quando afirma que o modelo neoclássico de Homem está, no autor alemão, como centro de análise. Peukert (2004) ainda argumenta que, o próprio Weber sustenta que a ação desse Homem economicamente idealizada formula uma lógica trans-histórica do comportamento racional, ou seja, que o mesmo comportamento econômico, em sua tipificação ideal, pode ser observado em diferentes momentos da história humana,

Essa formulação teórica profundamente influenciada pelo paradigma neoclássico da Economia se mantém, segundo nossa análise, na redação de *Economia e Sociedade*.

motivated volatility, and the phenomenon of uncertainty as such play no role in his rather conventional deliberations (PEUKERT, 2004, p.1016)”.

4.2 Economia e Sociedade

No primeiro capítulo de *Economia e Sociedade*, Weber inicia seu escrito definindo seu conceito de *ação e ação social*. Como se sabe, para o autor *ação* é todo comportamento humano que é orientado por um sentido subjetivo e é social quando o sentido visado pelo agente se refere ao comportamento de outros. É, no entanto, na exemplificação da construção de tipos, que a racionalidade de Weber se aproxima, como já foi indicado por Peukert (2004), do pensamento neoclássico. O exemplo que Weber dá, da consideração da racionalidade econômica a partir de seu direcionamento *natural*, diriam os marginalistas, *puro*, se identifica com a condição *ceteris paribus*, fundamental para a formulação do pensamento neoclássico. Weber, portanto, afirma que

[p]ara a consideração científica que se ocupa com a construção de *tipos*, todas as conexões de sentido irracionais do comportamento afetivamente condicionadas e que influem sobre a ação são investigadas e expostas, de maneira mais clara, como “desvios” de um curso construído dessa ação, no qual ela é orientada de maneira puramente racional pelo seu fim. Na explicação de um “pânico financeiro”, por exemplo, é conveniente averiguar primeiro como se teria processado a ação *sem* influências de afetos irracionais, para registrar depois aqueles componentes irracionais como “perturbações” (WEBER, 2004, p. 5).

A aproximação com a formulação desenvolvida originalmente por Alfred Marshall, outro expoente marginalista da “segunda geração” dos teóricos neoclássicos (assim como o já citado Bohm-Bawerk) é evidente. Marshall, ao desenvolver sua tese sobre a hipótese *Ceteris paribus* afirma:

O elemento tempo é uma das primeiras causas daquelas nas investigações econômicas que tornam necessário ao homem, com suas limitadas faculdades, avançar senão passo a passo; decompondo uma questão complexa, estudando um aspecto de cada vez para, finalmente, combinar as soluções parciais numa solução mais ou menos completa do problema total. Decompondo-o, separa provisoriamente, debaixo da condição *Ceteris paribus*, as causas perturbadoras [...] Cada tratamento exato e seguro de uma reduzida questão ajuda mais a elucidar os problemas maiores [...] do que seria possível de outra forma. A cada passo, mais coisas podem ser consideradas, as discussões teóricas se podem tornar menos abstratas, as discussões práticas menos inexatas do que era possível numa fase anterior (MARSHALL, 1996, p. 32).

É, apesar dessas indicações elucidativas, no segundo capítulo da obra que Weber demonstrará sua estreita ligação com a economia neoclássica. Neste capítulo, intitulado *Categorias sociológicas fundamentais da gestão econômica*, o autor define sua caracterização de ação economicamente orientada. Para Weber (2014, p.37) gestão econômica se dá quando há exercício pacífico de poder, em que a ação é prioritariamente economicamente orientada. Essa última, por sua vez, é definida quando a ação é referida aos cuidados que o indivíduo possui na satisfação de seus desejos de obter certas utilidades. Podemos observar, portanto, que sua definição de ação

economicamente orientada é idêntica à formulação de utilização dos bens de Bohm-Bawerk já aqui exposto.

Na nota 2 do parágrafo em que expõe acerca da ação economicamente orientada, Weber (2014, p.32) afirma que os bens só adquirem seu caráter na medida de que possui sentido advindo da ação humana, ou seja, quando o indivíduo encara como útil determinada coisa ou serviço. Como vimos, essa formulação de que as coisas só adquirem significado de bens na medida em que é útil para o indivíduo já está presente em Bentham, sendo aprimorado em Jevons, e mantido em Menger e Bohm-Bawerk. Não há, aqui, distinções.

Em seguida, no parágrafo 2, podemos observar, também, uma identidade entre as formulações apresentadas pelos teóricos neoclássicos e a apresentada por Weber. Utilidade, para o autor alemão, é toda a probabilidade concreta e particular considerada cujo sua importância como meio orienta as atividades econômicas, sendo elas objetos não-humanos (coisas) ou serviços prestados pelos homens. Úteis, são, portanto, os objetos que possibilitam a gestão econômica, ou seja, que possam, ao fim, atender as nossas necessidades.

Por fim, a caracterização de bens definida por Weber segue a definição de Bohm-Bawerk, obtendo inclusive uma rápida citação no item 2 do parágrafo 2. Para o autor, em concordância com Bohm-Bawerk, bens são os objetos que não são apenas úteis ao indivíduo, mas que são aplicáveis ao todo.

5. Considerações Finais

Como foi possível observar, os conceitos de utilidade e bens possuem uma longa trajetória na teoria econômica, tendo suas origens remontadas à Bentham, mas, mesmo considerando seu pensamento como "ponto zero" de análise, há mais remotas origens ainda.

Dessa forma, ao analisar as formulações de Weber sobre a ação econômica e a racionalidade que a orienta, é fundamental termos em consideração sua gênese ontológica, como aqui exposto, e quais as consequências teóricas que, caso realizemos uma análise essencialmente econômica e não sociológica, teremos se mantivermos as categorias sem a sua reformulação metodológica.

Argumentamos, portanto, que Weber possui uma estreita relação com a teoria neoclássica, pelo menos no que tange suas reflexões de economia e a racionalidade que lhe é própria.

Pensamos, na esteira das reflexões aqui expostas, dada a importância desse conceito no

conjunto do edifício categorial weberiano, a necessária reflexão crítica sobre sua formulação, uma vez que, ao longo dos séculos XXI, a escola neoclássica determinou largamente as políticas públicas e econômicas das nações, e, também, o desenvolvimento da teoria econômica dominante.

O hoje hegemônico paradigma neoliberal é herdeiro direto das contribuições dos economistas neoclássicos, tendo mantido conceituações metodológicas fundamentais, como as reflexões sobre utilidades, bens e racionalidade, ainda que haja, é claro, aperfeiçoamentos e discordâncias de pequeno porte.

Em suma, acreditamos ser sempre fundamental retomar aos escritos de Weber, seja para reformulação crítica de nosso pensamento, ou para assimilação de seus refinadíssimos escritos.

Referências

AZAMBUJA, L. R. **O Conceito de Ação Econômica em Max Weber: uma análise a partir de A Bolsa**. Teoria & Sociedade (UFMG), v. 14, p. 62-83, 2006.

BENTHAM, Jeremy. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**. Batoche Books, Ontario, 2000.

FEIJÓ, Ricardo. **Economia e filosofia na escola austríaca: Menger, Mises e Hayek**. Nobel Editora. São Paulo, 2000.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Elsevier Editora. Rio de Janeiro, 2013.

JEVONS, W. Stanley. **A Teoria da Economia Política**. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1996.

LIEDKE, Elida R. **Breves indicações para o ensino de teoria sociológica hoje**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 266-278.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1996.

MENGER, Carl. **Princípios de Economia Política**. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1983.

PEUKERT, Helge. **Max Weber: Precursor of economic sociology and heterodox economics?** The American Journal of Economics and Sociology, v.63, n.5, p.987-1020.

REALE, G; ANTISERI, D. **História da Filosofia**. Vol. 5. Editora Paulus. São Paulo, 2005.

SAUL, Renato. **Crise-regeneração paradigmática da Sociologia e sistema econômico sociologias**. Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 222-240.

WALLERSTEIN, Immanuel. WALLERSTEIN, Immanuel. **Para abrir as Ciências Sociais** (Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais). São Paulo : Cortez, 1996. (Cap. II: “Os grandes debates no interior das Ciências Sociais, de 1945 até o presente”, pp. 55-101).

WEBER, Max. **A Bolsa**. Relógios D' Água Editores. Lisboa, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Volume 1. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2014.